



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República no Estado de Alagoas/União dos Palmares

EDITAL PR/AL Nº 07/2018 DE 28 DE AGOSTO DE 2018

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR, DA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL, DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS e PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA/SANTANA DO IPANEMA.

O PROCURADOR-CHEFE no uso de suas atribuições e com fundamento no Regulamento do Programa de Estágio do Ministério Público da União aprovado pela Portaria PGR/MPU nº 378, de 9 de agosto de 2010, e suas alterações (Portarias PGR/MPU Nºs 576, de 12 de novembro de 2010; 155, de 30 de março de 2011; 539, de 04 de outubro de 2011; 08, de 06 de fevereiro de 2016; e 46, de 18 de maio de 2017), resolve:

Abrir o processo seletivo/2018 de estagiários de nível superior da área de Administração e Comunicação Social para o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, Procuradoria da República no Estado de Alagoas/União dos Palmares (PR/AL) e Procuradoria da República no Município de Arapiraca/Santana do Ipanema (PRM-Arapiraca), em conformidade com os convênios firmados com as instituições de ensino superior, segundo as disposições que seguem abaixo:

1 INSTRUÇÕES GERAIS

1.1 O processo seletivo destina-se a formação de cadastro de reserva de estagiários de nível superior de Administração e Comunicação Social (Jornalismo, Relações Públicas e Publicidade e Propaganda), conforme quadro abaixo, para atendimento das demandas da Procuradoria da República em Alagoas e da Procuradoria Da República No Município De Arapiraca/Santana Do Ipanema.

Cidade	Quantidade de vagas	
	Administração	Comunicação Social
Arapiraca	Cadastro de Reserva	---
Maceió	Cadastro de Reserva	Cadastro de Reserva

1.1.1 Nos cursos em que houver cadastro de reserva de processo seletivo vigente, os aprovados neste processo somente serão convocados após o esgotamento da lista de reserva do processo anterior ou após transcorrido o seu prazo de validade.

1.2. Os pré-requisitos para inscrição neste processo seletivo são:

1.2.1 Estar matriculado em uma das Instituições de Ensino Superior, conveniadas com o Ministério Público Federal em Alagoas, relacionados no Anexo I;

1.2.2 Ter concluído, no momento da contratação, pelo menos:

a) 2º ano ou 4º semestre do curso superior, quando tiver 10 (dez) ou mais semestres de duração;

b) 3º semestre do curso superior, quando tiver menos de 10 (dez) semestres de duração;

c) 2º semestre do curso superior, quando a duração do curso for igual a 6 (seis) semestres;

d) 1º semestre do curso superior, quando a duração do curso for menor ou igual a 4 (quatro) semestres

1.3. As atribuições básicas dos candidatos aprovados neste processo seletivo estarão relacionadas com a sua formação no curso de Administração e Comunicação Social.

2. DAS VAGAS RESERVADAS AOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA E DO SISTEMA DE COTAS PARA MINORIAS ÉTNICO-RACIAIS.

2.1 Fica reservado o percentual de 10% (dez por cento) das vagas que surgirem durante a validade deste processo seletivo às pessoas com deficiência (PCD), que, no momento da inscrição, declarem tal condição e cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência que tenham, a ser comprovada mediante laudo médico original.

2.1.1 O interessado deverá anexar à documentação de inscrição laudo médico detalhado expedido no prazo máximo de 90 (noventa) dias antes do término das inscrições, do qual conste expressamente que a deficiência se enquadra na previsão do art. 3º e seus incisos do Decreto nº 3.298, de 20/12/1999 e suas alterações.

2.1.2 Na falta do relatório médico ou não contendo este as informações acima indicadas, o requerimento de inscrição preliminar será processado como candidato não deficiente, mesmo que declarada tal condição.

2.1.3 O candidato que necessitar de atendimento especial deverá requerê-lo por ocasião da confirmação das inscrições, indicando as condições de que necessita para a realização das provas, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis com antecedência.

2.1.4 Serão adotadas as providências que se fizerem necessárias a permitir o acesso de candidatos portadores de deficiência aos locais de realização das provas, sendo de responsabilidade destes, entretanto, trazer os equipamentos e instrumentos imprescindíveis à feita das provas, previamente autorizadas pelo Ministério Público Federal.

2.1.5 Na hipótese em que a realização da prova dependa da intervenção de terceiros, serão utilizados meios – como a gravação, por exemplo – que permitam recuperar com segurança, para efeito de recurso, as informações passadas ao candidato e suas respostas às questões formuladas.

2.2 Fica reservado o percentual de 10% (dez por cento) das vagas que surgirem durante a validade deste processo seletivo às pessoas que se declararem participantes do Sistema de

Cotas para Minorias Étnico-Raciais.

2.2.1 Para concorrer ao Sistema de Cotas para Minorias Étnico-Raciais, o candidato deverá:

a) ao efetuar a inscrição, optar pela participação no sistema de cotas, nos prazos definidos no item 4 deste Edital;

b) assinar declaração específica de opção para participar da seleção por esse sistema (Anexo II) e apresentá-la no ato da confirmação da inscrição;

c) comparecer, quando convocado à entrevista pessoal, munido de documento de identidade com foto (original) e comprovante de renda.

2.2.2 O candidato convocado que não comparecer à entrevista pessoal ou comparecer sem portar documento original de identidade passará a compor automaticamente a lista geral de inscritos.

2.3 Ficam destinadas as vagas 10^a, 20^a, e assim sucessivamente aos candidatos com deficiência e/ou aos participantes do Sistema de Cotas para Minorias Étnico-Raciais. Havendo as duas situações, prioritariamente, convoca-se o candidato com deficiência e, na vaga seguinte, 11^o e 21^o, convoca-se o candidato participante do Sistema de Cotas para Minorias Étnico-Raciais.

2.3.1 A publicação do resultado do processo seletivo será feita em três listas, contendo, a primeira, a pontuação dos candidatos classificados, inclusive a dos candidatos com deficiência e dos participantes do Sistema de Cotas para Minorias Étnico-Raciais, a segunda, somente a pontuação dos candidatos com deficiência e a terceira, somente a pontuação dos participantes do Sistema de Cotas para Minorias Étnico-Raciais.

2.3.2 Se não houver aprovação de candidatos com deficiência e de participantes do Sistema de Cotas para Minorias Étnico-Raciais, as vagas serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação.

2.3.3 Ressalvadas as disposições especiais desta Seção, os candidatos com deficiência e os participantes do Sistema de Cotas para Minorias Étnico-Raciais submeter-se-ão a todas as demais normas de regência do certame.

2.3.4 Em caso de desistência de candidato, convocar-se-á o próximo aprovado na mesma situação do desistente, quais sejam, ampla concorrência, declarados com deficiência ou participantes do Sistema de Cotas para Minorias Étnico-Raciais, obedecendo a respectiva ordem de classificação.

3. DAS ETAPAS DO CONCURSO

3.1. Este processo seletivo será composto de três etapas:

3.1.1. Pré-inscrição, via internet;

3.1.2. Confirmação da Inscrição, presencial e de caráter eliminatório;

3.1.3. Provas Objetiva, presencial, de caráter eliminatório e classificatório.

3.1.4. Prova discursiva (apenas para Comunicação Social), presencial, de caráter classificatório.

4. DA PRÉ-INScrição E DA CONFIRMAÇÃO DA INSCRIÇÃO

4.1 Os estudantes interessados em se inscrever neste processo seletivo deverão, inicialmente, realizar a pré-inscrição, preenchendo o Formulário de Pré-Inscrição para Estágio, disponibilizado nos links abaixo, a partir de 29/08/2018 até o dia 14/09/2018, considerando-se como extemporânea e sem validade qualquer solicitação efetuada fora desse período.

Inscrição para Maceió – de 29/08/2018 até as 18h de 14/09/2018:

https://apps.mpf.mp.br/gps/estagiarios/selecao/processo_seletivo_estg.cfm?concurso=1482

Inscrição para Arapiraca - de 29/08/2018 até as 15h de 14/09/2018:

https://apps.mpf.mp.br/gps/estagiarios/selecao/processo_seletivo_estg.cfm?concurso=1483

4.1.1 O Ministério Público Federal em Alagoas não se responsabiliza por solicitação de pré-inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como fatores que impossibilitem a transferência de dados.

4.2 Para confirmar as inscrições os interessados deverão entregar a documentação pessoalmente na sede da Procuradoria da República em Alagoas (Av. Juca Sampaio, 1800 – Barro Duro – Maceió/AL) das 13h às 18h, ou na sede da Procuradoria da República no Município de Arapiraca (Rua José Jaílson Nunes, n. 390 - Bairro Caititus, Arapiraca/AL), das 09h às 15h, no período de 29/08/2018 a 14/09/2018, para conferência dos seguintes documentos originais e retenção das respectivas cópias:

4.2.1 Carteira de identidade (original e fotocópia) ou fotocópia autenticada;

4.2.2 Comprovante de matrícula emitido pela Instituição de ensino;

4.2.3 Laudo médico na forma prevista no inciso 2.1.1 do item 2, quando o candidato se declarar pessoa com deficiência (PCD);

4.2.4 Declaração específica de opção para participar da seleção pelo Sistema de Cotas para minorias étnico-raciais (Anexo II);

4.2.5 Instrumento de mandato, no caso de inscrição realizada por procurador;

4.2.6 Doação facultativa de material ou produto de limpeza para os candidatos de Maceió e alimento não perecível para os candidatos de Arapiraca, a serem destinados a instituição beneficente.

4.3 No caso previsto no inciso 4.2.5 do item 4, a procuração deverá ser assinada pelo candidato,

em nome do procurador, e entregue juntamente com cópia da Carteira de Identidade do procurador, sem necessidade de reconhecimento de firma, assumindo o candidato total responsabilidade pelas informações prestadas por seu procurador.

4.4 No caso de apresentação parcial de documentos a inscrição não será deferida.

4.5 Deferida a inscrição o candidato receberá seu comprovante de inscrição, que deverá ser apresentado na data e no local da realização da prova juntamente com a carteira de identidade ou outro documento oficial que contenha fotografia.

4.6 As informações prestadas pelo candidato serão de sua inteira responsabilidade, dispondo o MPF do direito de excluir do processo seletivo aquele que fornecer dados comprovadamente inverídicos.

4.7. O Ministério Público Federal em Alagoas divulgará, no endereço eletrônico <http://www.mpf.mp.br/al/concursos2/estagiarios>, a relação dos candidatos que tiveram sua inscrição confirmada.

4.8 O prazo de inscrições poderá ser prorrogado por ato do Procurador-chefe da Procuradoria da República em Alagoas.

4.9 Somente as inscrições confirmadas/validadas serão consideradas para a aplicação das provas do concurso.

5. DAS PROVAS

5.1 O processo seletivo consistirá na aplicação de prova objetiva para todas as áreas e prova discursiva para Comunicação Social, **a ser realizada em etapa única e no mesmo dia.**

5.1.1 A **prova objetiva**, para todas as áreas, conterà 25 (vinte e cinco) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) opções (A, B, C, D, E) e uma única resposta correta, abrangendo as matérias listadas no programa contido no Anexo III deste edital, conforme quadro a seguir

PROVA OBJETIVA - ADMINISTRAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL				
Área de conhecimento	Nº de Questões	Peso	Pontuação Máxima	Caráter
Conhecimento Específico	15	4	60	Eliminatório e Classificatório
Língua Portuguesa	5	2	10	
Informática	5	2	10	
TOTAL			80	

5.1.2 A **prova discursiva**, aplicada no mesmo dia da prova objetiva, será apenas para o curso de Comunicação Social e compreenderá 01 (uma) questão discursiva sobre tema especificado no anexo deste edital, em que serão avaliados os conhecimentos da área específica, a correção gramatical e a coesão textual.

PROVA DISCURSIVA - COMUNICAÇÃO SOCIAL				
Área de conhecimento	Nº de Questões	Peso	Pontuação Máxima	Caráter
Conhecimento Específico	1	1	20	Classificatório

5.2 As provas terão duração de 3h30min e serão realizadas em dia, hora e local a serem oportunamente divulgados no endereço eletrônico <http://www.mpf.mp.br/al/concursos2/estagiarios>.

5.2.1 O candidato somente poderá realizar a prova na cidade para a qual estiverem concorrendo à vaga de estágio.

5.3 O candidato deverá apresentar-se ao local da prova com antecedência, munido de caneta esferográfica azul ou preta, comprovante de inscrição e carteira de identidade ou outro documento oficial original que contenha fotografia.

5.3.1 Não será aceita cópia de documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo do documento, bem como não serão aceitos como identidade: certidões de nascimento, CPF, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, documentos ilegíveis, não identificáveis ou danificados.

5.3.2 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia da realização das provas, documento de identidade original, por motivo de extravio, perda, roubo ou furto, deverá apresentar boletim de ocorrência expedido em órgão policial há, no máximo, 30 (trinta) dias.

5.4 O acesso dos candidatos ao local da realização da prova somente será permitido até 15 (quinze) minutos antes do horário de início da prova, sendo os portões fechados no mesmo horário.

5.5 Somente será permitido que o candidato deixe o local de provas após 1 (uma) hora do seu início. O candidato só poderá levar o caderno de questões da prova 2 (duas) horas após seu início e, para os que saírem antes das 2 (duas) horas iniciais, o caderno estará disponível **somente** no dia seguinte à realização das provas para ser retirado na sede da PR/AL ou da PRM/Arapiraca.

5.6 Não será permitido ao candidato utilizar nenhum meio de consulta a livros ou apontamentos ou qualquer outro material durante a realização das provas, estando proibido também o uso de celulares e outros aparelhos eletrônicos. Caso o candidato traga consigo algum aparelho eletrônico, este deverá ser entregue aos servidores que acompanham o certame e somente será devolvido no final das provas. O descumprimento de qualquer uma dessas instruções implicará a desclassificação do candidato.

5.7 O preenchimento do Cartão de Resposta da prova objetiva será de inteira responsabilidade do candidato.

5.7.1 A identificação do candidato no Cartão de Resposta da prova objetiva será efetuada pelo número de inscrição do candidato e pela sua assinatura.

5.7.2 O Cartão de Respostas será o único documento válido para a correção das provas.

5.8 Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala e só poderão sair juntos quando o último candidato entregar a prova ao fiscal da sala.

6 DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E RESULTADO

6.1 A **prova objetiva** valerá 80 (oitenta) pontos sendo que cada matéria terá peso pré-determinado, conforme quadro a seguir:

ÁREAS	Nº de Questões	Peso	Pontuação Máxima	Caráter
Conhecimento Específico	15	4	60	Eliminatório e Classificatório
Língua Portuguesa	5	2	10	
Informática	5	2	10	

6.2 O candidato que não obtiver média igual ou superior a 40 (quarenta) pontos, numa escala de zero a oitenta, estará automaticamente eliminado.

6.2.1 Os candidatos não-eliminados na forma do item acima serão ordenados conforme a nota obtida na prova objetiva em ordem decrescente.

6.3 A correção da prova objetiva será processada por meio eletrônico, sendo de responsabilidade do candidato o correto preenchimento do Cartão de Respostas.

6.3.1 Na correção da prova objetiva, serão consideradas erradas as questões rasuradas, em branco ou com mais de uma opção assinalada.

6.3.2 Em nenhuma hipótese haverá substituição do Cartão de Respostas por erro de preenchimento do candidato.

6.4 O gabarito da prova objetiva será divulgado no primeiro dia útil após a sua realização, no endereço eletrônico <http://www.mpf.mp.br/al/concursos2/estagiarios>

6.5 A **prova subjetiva**, de caráter apenas classificatório, valerá 20 (vinte) pontos e somente serão corrigidas as provas discursivas dos candidatos que na prova objetiva obtenham, obedecendo à ordem resultante do item 6.2.1, classificação até a 10ª posição.

6.5.1 Havendo empate na última posição, serão chamados os candidatos que obtenham a mesma nota, podendo ser ultrapassado, assim, o limite estabelecido no item 6.5.

6.6 Na questão da prova discursiva serão observados, para efeito de avaliação, além do conhecimento do tema proposto, clareza, objetividade, coerência na exposição de ideias e domínio da linguagem escrita (concordância, regência, ortografia, etc.).

6.7 Os candidatos não-eliminados na forma do item 6.5 serão ordenados em ordem decrescente,

considerando-se, para tanto, a soma algébrica das notas da prova objetiva e da prova subjetiva, que constituirá a nota final do concurso.

6.8 A lista com os candidatos que terão suas provas subjetivas corrigidas será divulgada no endereço eletrônico <http://www.mpf.mp.br/al/concursos2/estagiarios>.

6.9 Para efeito de desempate entre candidatos classificados com nota final igual, terá preferência, obedecendo-se à ordem abaixo, o candidato que:

- a) obtiver maior número de pontos na prova de Conhecimentos Específicos;
- b) obtiver maior número de pontos na prova de Língua Portuguesa;
- c) obtiver maior número de pontos na prova de Informática;
- d) tiver maior idade.

6.10 Será considerado habilitado no concurso o candidato que obtiver nota final igual ou superior a 40 (quarenta) pontos, respeitada a exigência de nota mínima nas provas objetiva (50% dos pontos possíveis).

6.11 Na classificação final do candidato será observada a ordem estabelecida no item 6.9.

6.12 O resultado final do concurso será publicado no endereço eletrônico <http://www.mpf.mp.br/al/concursos2/estagiarios>.

7. DOS RECURSOS

7.1. O candidato que desejar interpor recurso contra o gabarito oficial preliminar da prova objetiva disporá de **2 (dois)** dias úteis, a contar do dia subsequente ao da divulgação desse gabarito, o qual deverá ser protocolado na sede da PR/AL ou da PRM/ARAPIRACA, no horário de atendimento ao público.

7.2. Para recorrer contra o gabarito oficial preliminar da prova objetiva, o candidato deverá utilizar o modelo de formulário disposto no Anexo IV deste Edital.

7.3. O recurso deverá, sob pena de não-conhecimento:

- a) ser redigido em letra de forma, caso não seja digitado;
- b) utilizar laudas independentes para cada questão, se for o caso.

7.4. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos ou recursos de recursos.

7.5. Após a divulgação do resultado final, o candidato poderá solicitar vista da cópia de sua prova discursiva no prazo de **2 (dois)** dias úteis, a contar do dia subsequente ao da divulgação do resultado final e, no mesmo período, caso desejar, poderá interpor recurso, de acordo com

formulários constantes do Anexo V deste Edital, disponível no site da Procuradoria da República no Estado de Alagoas.

8 DA CONVOCAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO

8.1 O candidato aprovado será convocado para contratação por meio de mensagem de correio eletrônico, obedecendo-se a ordem de classificação ao longo da validade da presente seleção e de acordo com as necessidades da PR/AL e da PRM/ARAPIRACA.

8.1.1 O candidato convocado deverá manifestar o interesse ou não na vaga nos 2 (dois) dias úteis subsequentes à data de convocação por mensagem de correio eletrônico, sendo considerado desistente após este prazo.

8.1.2 O candidato convocado poderá desistir da vaga, definitivamente ou temporariamente. No caso de desistência temporária, o candidato poderá renunciar a sua classificação uma única vez, e passará a posicionar-se em último lugar na lista dos aprovados, aguardando nova convocação, que poderá ou não se efetivar no período de validade desse processo seletivo. A desistência, definitiva ou temporária, poderá ser feita por meio do correio eletrônico pral-nugep@mpf.mp.br

8.1.3 É de exclusiva responsabilidade do candidato manter seu endereço eletrônico e telefones atualizados para viabilizar os contatos necessários assim como arcar com os prejuízos advindos da não atualização de seus dados.

8.2 A contratação, sem vínculo empregatício, dar-se-á com a assinatura em 3 (três) vias do Termo de Compromisso de Estágio, firmado entre a PR/AL, a Instituição de Ensino e o Estagiário, e a apresentação dos seguintes documentos:

8.2.1 Ficha Cadastral, na qual deverá constar uma fotografia 3x4;

8.2.2 Declaração para Inclusão;

8.2.3 Histórico Escolar;

8.2.4 Documento comprovante de conclusão do: 4º semestre do curso superior, quando tiver 10 (dez) ou mais semestres de duração; 3º semestre do curso superior, quando tiver menos de 10 (dez) semestres de duração; 2º semestre do curso superior, quando a duração do curso for igual a 6 (seis) semestres; ou 1º semestre do curso superior, quando a duração do curso for menor ou igual a 4 (quatro) semestres para os estudantes que concorrem nessa condição.

8.2.5 Cópia dos seguintes documentos pessoais, que deverão ser conferidas com o original:

a) Carteira de Identidade e CPF;

b) Comprovante de quitação com as obrigações militares e eleitorais, se maior de 18 anos.

8.2.6 Cópia do comprovante de residência

8.2.7 Atestado médico comprovando a aptidão clínica para realização do estágio.

8.2.8 Certidões dos distribuidores criminais das Justiças Federal e Estadual ou do Distrito Federal dos lugares em que haja residido nos últimos cinco anos, expedidas no prazo máximo de 30 (trinta) dias, respeitado o prazo de validade descrito na própria certidão, quando houver.

8.3 No ato de convocação, será enviado ao candidato link para acesso ao Código de Ética e Conduta do MPU, o qual é de leitura obrigatória antes da assinatura do Termo de Compromisso, em atendimento ao disposto no art. 14 da Portaria PGR/MPU nº 98, de 12 de setembro de 2017.

8.4 É vedado ao estagiário o exercício de qualquer atividade concomitante em outro ramo do Ministério Público, em órgãos do Poder Judiciário, na Defensoria Pública da União e dos Estados, na Polícia Civil ou Federal e na advocacia pública ou privada ou nos seus órgãos de classe.

9. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO

9.1 O processo seletivo tem validade de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período. O referido prazo será contado a partir da homologação do resultado do concurso por ato do Procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado de Alagoas.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Os servidores do quadro efetivo do Ministério Público Federal interessados em estagiar na PR/AL ou PRM-Arapiraca deverão participar desta seleção pública.

10.2 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, editais e comunicados referentes a este processo seletivo que sejam publicados no endereço eletrônico <http://www.mpf.mp.br/al/concursos2/estagiarios>.

10.3 A jornada semanal do estágio será de 20 (vinte) horas, distribuídas, preferencialmente, em 4 (quatro) horas diárias no horário de expediente da Procuradoria da República em Alagoas e da Procuradoria da República no Município de Arapiraca/Santana do Ipanema, sem prejuízo das atividades discentes. Deve ser obedecido o limite máximo de 6 (seis) horas diárias.

10.3.1 O estagiário servidor ou empregado público deverá cumprir jornada mínima de estágio de 4 (quatro) horas semanais, a serem distribuídas a critério do supervisor, sem prejuízo do cumprimento da jornada normal de trabalho.

10.4 O estágio será realizado por um período de 6 (seis) meses, sendo prorrogável, sucessivamente, por iguais períodos, até o limite de 2 (dois) anos.

10.4.1 O estágio firmado com portador de deficiência não se submete ao limite temporal acima, podendo ser prorrogado até a conclusão do curso.

10.5 Fica assegurado ao estudante, integrante do Programa de Estágio do Ministério Público Federal:

10.5.1. A realização do estágio em áreas cujas atividades sejam correlatas ao curso de

Administração ou Comunicação Social;

10.5.2 O recebimento da bolsa de estágio no valor de R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais);

10.5.3 A concessão de seguro contra acidentes pessoais;

10.5.4 A concessão de auxílio-transporte no valor de R\$ 7,00 (sete reais) por dia estagiado;

10.5.5 A obtenção de Termo de Realização de Estágio, ao final do estágio.

10.6 O estagiário servidor ou empregado público não fará jus à bolsa de estágio e ao auxílio-transporte referidos no item 10.5.2 e 10.5.4 nem ao seguro contra acidentes pessoais referido no item 10.5.3 por se achar devidamente protegido contra os riscos do trabalho, em legislação específica.

10.7 Os casos omissos serão solucionados pelo Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Alagoas.

Maceió/AL, ____ de _____ de 2018.

Marcial Duarte Coêlho
Procurador-chefe da PR/AL

EDITAL PR/AL Nº 07/2018

ANEXO I

INSTITUIÇÕES DE ENSINO CONVENIADAS

SIGLA	INSTITUIÇÃO
CESMAC (FEJAL)	Centro de Estudos Superiores de Maceió
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
FAMA	Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Maceió
SEUNE	Sociedade de Ensino Universitário do Nordeste
UNIT	Centro Universitário Tiradentes
IMEC (ASSUPERO/FACIMA)	Instituto Maceió de Ensino e Cultura
FRM	Fundação Educacional do Baixo São Francisco Doutor Raimundo Marinho - Faculdade Raimundo Marinho
ADEA	Faculdade Maurício de Nassau de Maceió
AESA (IESA/FAA)	Instituto de Ensino Superior de Alagoas – Faculdade Alagoana de Administração
FIC (UNIFAL)	Faculdade Figueiredo Costa
ISESC	Instituto de Ensino Superior Santa Cecília
UNEAL	Universidade Estadual de Alagoas
FARB - UNIRB	Faculdade Regional Brasileira - Arapiraca

EDITAL PR/AL Nº 07/2018

ANEXO II

TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE COTAS PARA MINORIAS ÉTNICO-RACIAIS

IDENTIFICAÇÃO

Nome do candidato	Nº da inscrição
Filiação - Nome do pai	
Filiação – Nome da mãe	
Naturalidade	Nacionalidade
Carteira de identidade	CPF
Curso	

DECLARAÇÃO DE AUTORRECONHECIMENTO

Declaro que me reconheço como _____ e os motivos que me levaram a optar pelo sistema de cotas para minorias da seleção de estagiários da (unidade do MPU) _____ são:

Local e data _____, ____ de _____ de 20__	Assinatura do candidato
Recebido em: _____, ____ de _____ de 20__	Recebido por: (assinatura e carimbo)

EDITAL PR/AL Nº 07/2018

ANEXO III

PROGRAMA

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Administração

1. Abordagens da Administração e suas Teorias.
2. Processo administrativo: funções da administração, estrutura organizacional e cultura organizacional.
3. Evolução da administração pública no Brasil após 1930.
4. Noções gerais de administração de materiais.
5. Noções gerais de Administração Pública: 5.1 Administração direta e indireta 5.2 Organizações Sociais, Agências Executivas e Agências Reguladoras. 5.3 Princípios da Administração Pública. 5.4 Orçamento Público.
6. Comportamento Organizacional.
7. Gestão de Pessoas.
8. Planejamento estratégico, tático e operacional.
9. Gestão da qualidade e modelo de excelência gerencial.
10. Governo eletrônico e transparência.
11. Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União – Lei nº 8.112/90 – artigo 1º a 33.

Comunicação Social

1. Fundamentos teóricos da comunicação. Assessoria de Imprensa e relacionamento com a mídia. Comunicação Organizacional Integrada. Redação jornalística.
2. Ética profissional.
3. Os sistemas de comunicação e suas configurações locais e globais.
4. O direito à informação e o dever de informar.
5. A função social do jornalismo na sociedade contemporânea.
6. Políticas de comunicação.
7. Planejamento em comunicação.
8. Técnicas de comunicação: do jornal impresso à internet.
9. Redes digitais, novas tecnologias da comunicação, convergências das mídias, mídias sociais.
10. Comunicação nas organizações.
11. Assessoria de imprensa no setor público.
12. Responsabilidade social das organizações e o papel da comunicação pública.
13. O papel do jornalismo como facilitador da compreensão do leitor-ouvinte-telespectador-internauta dos conceitos técnicos formulados por políticas e legislações específicas.
14. Qualidade do texto jornalístico e suas características principais.

15. Redação jornalística para meio impresso, rádio, TV, internet e mídias sociais.
16. Domínio da Língua Portuguesa atualizada pelo novo acordo ortográfico.
17. Noções sobre editoração eletrônica.
18. Comunicação do MPF/AL: Informações constantes no site do MPF/AL – <http://www.mpf.mp.br/al>. Política Nacional de Comunicação Social do MPF e Guia para Relacionamento com a Imprensa do MPF - documentos disponíveis em – www.mpf.mp.br/al/sala-de-imprensa/docs.
19. MPF na mídia e atualidades: Atuações e informações do MPF amplamente divulgadas pela mídia. Notícias atuais sobre a área de atuação do MPF.
20. Sugestões de leitura: Por Dentro do MPF - Ministério Público Federal para Jornalistas. Manual de Redes Sociais do MPF. Manual de Redação em Comunicação Social do MPF.

CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa:

1. Ortografia oficial.
2. Acentuação gráfica.
3. Flexão nominal e verbal.
4. Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação.
5. Emprego de tempos e modos verbais.
6. Vozes do verbo.
7. Concordância nominal e verbal.
8. Regência nominal e verbal.
9. Ocorrência de crase.
10. Pontuação.
11. Redação (confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas).
12. Intelecção de texto.

Informática:

1. Noções básicas de informática: 1.1 Sistema operacional Windows; aplicativos; extensões e formatos de arquivo. 1.2 Acrobat Reader e arquivos .pdf; arquivos de texto, arquivos de imagem, reconhecimento óptico de caracteres, .pdf pesquisável. 1.3 Antivirus. 1.4 Dispositivos de armazenamento e de memória, gerenciamento e espaço em disco. 1.5 Discos ópticos e dispositivos USB. 1.6 Dispositivos de imagem e de impressão. 1.7 Arquivos de som, de imagem e de vídeo.
2. Internet: 2.1 Navegadores (Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome). 2.2 Extensões e complementos. 2.3 Correio eletrônico: (clients de e-mail, web access, protocolos IMAP, POP e SMTP). 2.4 Navegação segura e segurança de dados. 2.5 Criptografia e certificação digital. 2.6 Armazenamento em nuvem e compartilhamento de arquivos.
3. Suíte de aplicativos de escritório LibreOffice e Microsoft Office: 3.1 Edição e formatação de textos. 3.2 Mala direta. 3.3 Operação com tabelas. 3.4 Planilha de cálculos. 3.5 Apresentações.

EDITAL PR/AL Nº 07/2018

ANEXO IV

NÚMERO DO RECURSO

CAPA DE RECURSO - PROVA OBJETIVA
1- Identificação do candidato 1.1- Nome: _____ 1.2- Número da Inscrição: _____
3- Solicitação Solicito revisão do gabarito oficial da prova objetiva da(s) questão(ões) conforme as especificações inclusas. _____, ____ de _____ de 201__. _____ Assinatura do candidato
Para a interposição do Recurso, deverão ser observados os seguintes procedimentos: 1- O recurso deverá ser apresentado com as seguintes especificações: a- um único formulário CAPA DE RECURSOS com todos os campos devidamente preenchidos e, obrigatoriamente, assinado pelo candidato ou por procurador com poderes postulatórios; b- um formulário JUSTIFICATIVA DE RECURSO, devidamente preenchido, exclusivo para cada questão cujo gabarito oficial preliminar esteja sendo questionado; c- em nenhum formulário JUSTIFICATIVA DE RECURSO deverá ter assinatura ou marca, incluindo rubrica, que possa identificar o candidato recorrente; d- com exceção da assinatura do formulário capa de recurso, todos os demais campos deverão ser datilografados, digitados ou preenchidos <u>somente</u> com letra de forma, sob pena de indeferimento . 2- Não serão conhecidos recursos extemporâneos, que não atendam às exigências dos modelos de formulários e/ou fora de qualquer uma das especificações estabelecidas nos editais referentes ao processo seletivo ou nos formulários CAPA DE RECURSOS ou JUSTIFICATIVA DE RECURSO.

NÚMERO DO RECURSO

JUSTIFICATIVA DE RECURSO - PROVA OBJETIVA
1- QUESTÃO OBJETO DO RECURSO:
1.1 - Gabarito da Procuradoria da República:
1.2 - Resposta do Candidato:
ARGUMENTAÇÃO DO CANDIDATO

1º PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DE 2018 PARA FORMAÇÃO DO QUADRO RESERVA DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR, DA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL, DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE ALAGOAS E DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA/SANTANA DO IPANEMA.

CRONOGRAMA (previsão)

Comunicado às instituições sobre convênio – **07/05/2018**

Publicação do edital – **28/08/2018**

Período de inscrições — **29/08/2018 a 14/09/2018**

Prazo máximo para entrega das questões para confecção da prova – **01/10/2018**

Prova Objetiva — **14/10/2018**

Divulgação do Gabarito — **15/10/2018**

Prazo para interposição de recursos da Prova Objetiva – **16 E 17/10/2018**

Divulgação do julgamento dos recursos e Resultado Final - **24/10/2018**

EDITAL PR/AL Nº 072018

ANEXO V

NÚMERO DO RECURSO

CAPA DE RECURSO - PROVA SUBJETIVA

1- Identificação do candidato

1.1- Nome: _____

1.2- Número da Inscrição: _____

3- Solicitação

Solicito revisão da prova subjetiva, conforme as especificações inclusas.

_____, ____ de _____ de 201__.

Assinatura do candidato

Para a interposição do Recurso, deverão ser observados os seguintes procedimentos:

1- O recurso deverá ser apresentado com as seguintes especificações:

a- um único formulário CAPA DE RECURSOS com todos os campos devidamente preenchidos e, obrigatoriamente, assinado pelo candidato ou por procurador com poderes postulatórios;

b- um formulário JUSTIFICATIVA DE RECURSO, devidamente preenchido, **exclusivo** para cada questão que esteja sendo questionado;

c- em nenhum formulário JUSTIFICATIVA DE RECURSO deverá ter assinatura ou marca, incluindo rubrica, que possa identificar o candidato recorrente;

d- com exceção da assinatura do formulário capa de recurso, todos os demais campos deverão ser datilografados, digitados ou preenchidos somente com letra de forma, sob pena de **indeferimento**.

2- Não serão conhecidos recursos extemporâneos, que não atendam às exigências dos modelos de formulários e/ou fora de qualquer uma das especificações estabelecidas nos editais referentes ao processo seletivo ou nos formulários CAPA DE RECURSOS ou JUSTIFICATIVA DE RECURSO.

NÚMERO DO RECURSO

JUSTIFICATIVA DE RECURSO - PROVA SUBJETIVA

1- QUESTÃO OBJETO DO RECURSO:

ARGUMENTAÇÃO DO CANDIDATO